

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), empresa de economia privada de capital aberto, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência em agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de Novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10/12/2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

3. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015.

3.1. Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.2. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

3.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Impostos sobre vendas

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impactos da Medida Provisória nº627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Administração decidiu não optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis dedutíveis disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro da concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante, conforme nota 7.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.8. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do período, contabilizados com base no regime de competência (nota 7).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (nota 7b).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.9. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

3.10. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

O aditamento dos contratos de concessão nos termos tratados nesta orientação representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. Esse evento altera, a partir da sua data, as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas em relação à realização/obrigatoriedade desses ativos e passivos. Desta forma, são condições que diferem do anteriormente apresentado e por isso seus efeitos são aplicados de maneira prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O saldo acumulado até 2014, desses ativos e passivos regulatórios foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional de vendas (nota 23).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.11. Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.11. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.12. Ativos intangíveis

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.13. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.13. Distribuição de dividendos--Continuação

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.14. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições ao planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.14. Benefícios a empregados--Continuação

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.15. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.15. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais.

Sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

3.17. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.17. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.18. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

3.19.1. OCPC 08 - Contabilização dos ativos e passivos regulatórios

Com a adesão à alteração contratual aprovada pela ANEEL na 13ª reunião pública extraordinária em 25 de novembro de 2014, eliminou-se, a partir do aditamento dos contratos de concessão e permissão e consequente alteração nos procedimentos de revisão tarifária, a natureza contingente, permitindo o reconhecimento do ativo ou do passivo como instrumentos financeiros, ou seja, como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014--Continuação

3.19.1. OCPC 08 - Contabilização dos ativos e passivos regulatórios--Continuação

Esse é um evento que altera a avaliação quanto à probabilidade de entrada ou saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a companhia, qualificando-se esses ativos ou passivos para o reconhecimento nas demonstrações financeiras. É, a partir de sua ocorrência, que é assegurado à concessionária o reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos.

Diversas outras alterações se aplicam pela primeira vez em 2014. No entanto, não afetam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia.

3.20. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

O IFRS 15 - Receita de contrato com clientes, é resultado de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma para reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contrato com clientes. Esta norma traz duas abordagens para reconhecimento de receita que pode ser em um determinado momento ou com o passar do tempo e sua análise está baseada em cinco etapas que devem ser usadas para determinar o valor e o momento em que a receita deve ser reconhecida. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pelo IFRS, porém não permitida no Brasil. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação desta norma e comunicará ao mercado oportunamente.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Julgamentos--Continuação

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja nota 28.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Conforme descrito na nota 13.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota 12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda incluía avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota 7.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	24.443	17.931
Equivalentes de caixa	136.891	186.771
CDB	27.574	43.680
Debêntures compromissadas	109.317	143.091
Total	161.334	204.702

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 93,5% (102,3% em 31 de dezembro de 2013) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Investimento de curto prazo

Modalidade	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos (a)	907.530	526.496
Outros	418	490
Total	907.948	526.986

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em títulos públicos federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentual em torno de 104,89% (entre 90% e 105% em 31 de dezembro de 2013) e classificados como mantidos para negociação.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	316.403	235.147
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	86.088	68.540
Parcelamentos	218.895	210.616
Baixa renda e viva luz	40.951	30.069
Outras	47.076	30.697
Total	709.413	575.069
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(82.474)	(69.812)
Total contas a receber clientes	626.939	505.257
Total circulante	551.089	424.065
Total não circulante	75.850	81.192

(a) Contas a receber de consumidores não faturados

Receitas auferidas através da prestação de serviços aos consumidores, mas ainda não faturados.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2013	Provisões	Reversões	31/12/2014
		Adições	(Baixas)	
Contas a receber de consumidores faturados	43.716	43.800	(25.976)	61.540
Parcelamentos	23.142	3.796	(8.958)	17.980
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total circulante	67.583	47.596	(34.934)	80.245
Cheques em cobrança	2.229	-	-	2.229
Total não circulante	2.229	-	-	2.229
Total	69.812	47.596	(34.934)	82.474

	31/12/2012	Provisões	Reversões	31/12/2013
		Adições	(Baixas)	
Contas a receber de consumidores faturados	35.980	38.722	(30.986)	43.716
Parcelamentos	21.745	9.037	(7.640)	23.142
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total circulante	58.450	47.759	(38.626)	67.583
Cheques em cobrança	2.186	43	-	2.229
Total não circulante	2.186	43	-	2.229
Total	60.636	47.802	(38.626)	69.812

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

31/12/2014				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	75.975	64.690	11.633	154.172
Industrial	14.263	3.759	2.989	21.012
Comercial	42.249	13.348	3.879	59.475
Rural	5.278	3.294	2.161	10.733
Poder público	15.395	15.357	1.989	30.867
Iluminação pública	8.388	373	320	9.081
Serviço público	10.542	17.897	2.624	31.063
Fornecimento faturado	172.090	118.719	25.595	316.403

31/12/2013				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	59.063	53.846	11.647	124.556
Industrial	10.169	2.759	3.749	16.677
Comercial	30.172	10.801	4.048	45.021
Rural	4.545	2.375	2.229	9.149
Poder público	10.519	5.273	1.986	17.778
Iluminação pública	6.889	792	436	8.117
Serviço público	7.588	3.902	2.359	13.849
Fornecimento faturado	128.945	79.748	26.454	235.147

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Parcelamentos

31/12/2014				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	95.127	10.267	9.945	115.339
Industrial	8.319	746	2.587	11.652
Comercial	18.238	2.362	3.258	23.858
Rural	6.057	518	1.324	7.899
Poder público	34.691	1.353	3.325	39.369
Iluminação pública	4.295	10	302	4.607
Serviço público	14.462	971	738	16.171
Fornecimento faturado	181.189	16.227	21.479	218.895

31/12/2013				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	86.824	12.251	11.286	110.361
Industrial	11.428	877	2.274	14.579
Comercial	18.839	1.987	3.089	23.915
Rural	5.020	809	1.204	7.033
Poder público	24.055	3.851	2.549	30.455
Iluminação pública	4.817	113	316	5.246
Serviço público	15.271	629	3.127	19.027
Fornecimento faturado	166.254	20.517	23.845	210.616

8. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

8.1. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS a recuperar CIAP	35.138	35.138
Outros	2.133	1.982
Total	37.271	37.120
Não circulante		
ICMS a recuperar CIAP	25.492	34.246
Outros	582	582
Total	26.074	34.828

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. Impostos a recuperar--Continuação

8.2. Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
IRRF s/ aplicação financeira	12.888	5.797
Antecipação de CSLL	-	7.519
IRPJ/CSLL a restituir	1.677	3.850
IRRF	2.215	2.419
Total	16.780	19.585

9. Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros

A Conta de Compensação dos Valores da Parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
<i>Parcela A</i>			
CDE -Conta de Desenvolvimento Energético	634	567	1.201
Proinfa-O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	833	-	833
Rede básica	1.680	4.864	6.544
Compra de Energia	103.745	110.403	214.148
ESS-Encargos do Serviço do Sistema	(19.342)	(33.415)	(52.757)
	87.550	82.419	169.969
<i>Itens financeiros</i>			
Sobrecontratação Energia	24.005	68.004	92.009
Exposição financeira 2014	(3.447)	208	(3.239)
PIS/CONFINS	24.403	-	24.403
Diferencial Eletronuclear	7.651	-	7.651
Limite de continuidade	(1.017)	-	(1.017)
Neutralidade da Parcela A	(3.706)	-	(3.706)
CEPISA Vio Limit Continuidade	1.090	-	1.090
Outros	632	427	1.059
Total	49.611	68.639	118.250
	137.161	151.058	288.219

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

A partir de 2014 com o advento do OCPC08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente conforme nota 2, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

	31/12/2013	Constituição	Atualização	Amortizações	31/12/2014
Parcela A					
CDE -Conta de Desenvolvimento Energético	-	1.525	55	(379)	1.201
Proinfa- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	-	1.312	51	(530)	833
Rede básica	-	7.231	238	(925)	6.544
Compra Energia - CVA (a)	-	245.547	5.333	(36.732)	214.148
ESS-Encargos do Serviço do Sistema	-	(55.650)	(863)	3.756	(52.757)
		199.964	4.814	(34.810)	169.969
Itens financeiros					
Sobrecontratação Energia (b)	-	106.270	594	(14.855)	92.009
Exposição financeira 2013 - 2014 (c)	-	(5.281)	(91)	2.133	(3.239)
PIS/CONFINS	-	24.403	-	-	24.403
Diferencial Eletronuclear (d)	-	12.385	-	(4.734)	7.651
Limite de Continuidade (e)	-	(1.646)	-	629	(1.017)
Neutralidade da Parcela A	-	(5.999)	-	2.293	(3.706)
CEPISA Vio Limit Continuidade	-	1.090	-	-	1.090
Outros	-	1.451	-	(392)	1.059
	-	132.673	503	(14.926)	118.250
Total	-	332.638	5.317	(49.736)	288.219

(a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(b) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

- (c) Conforme dispõe o art. 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus §§ 2º e 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia.
- (d) Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão e seu valor está sendo mensalmente pelas distribuidoras à Eletronuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH 1.406/2012. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013 e que serão contemplados nos próximos reajustes tarifários.
- (e) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultados/despesas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2014			31/12/2013		
			Ativo	Passivo	Resultado/ despesa	Ativo	Passivo	Resultado/ despesa
Eletrobrás		Empréstimo	-	324.457	-	-	369.285	31.424
	(a)	Dividendos	-	21.020	-	-	13.444	-
FASCEMAR		Contrato de confissão de dívida	-	(2.321)	-	-	10.213	1.580
	(b)	Previdência Privada	-	-	-	-	-	2.428
Equatorial Energia		Contrato de compartilhamento	219	-	-	1.503	-	-
	(c)	Dividendos	-	40.613	-	-	25.506	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	-	5.036	-	-	3.927
Equatorial Soluções	(e)	Contrato de compartilhamento	554.701	(1.208)	2.733	368	855	-

- (a) Os valores com a Eletrobrás são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a Eletrobrás são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil.
- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão descritas conforme nota 28.
- (c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas; e de dividendos a pagar.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Partes relacionadas--Continuação

- (d) O valor com Geradora de Energia do Norte S.A. ("GERAMAR") é proveniente do contrato de compra de energia elétrica CCEAR N° 5555/2007 - 29413N - 29414N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2024.
- (e) Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$14.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2014.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2014:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 30%

Benefícios 2%

Remuneração variável: 68%

Remuneração do conselho de administração e diretoria paga pela Companhia no exercício:

	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Total
Números de membros	8	8	16
Remuneração Fixa Anual	440	3.178	3.618
Salário ou Pró-labore	440	3.040	3.480
Benefícios diretos e indiretos	-	138	138
Remuneração variável	-	6.893	6.893
Bônus	-	6.893	6.893
Benefícios pós-emprego	-	74	74
Valor total da remuneração por órgão	440	10.145	10.585

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Partes relacionadas--Continuação

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2014
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	470
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	11.623
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	19/12/2014	11/04/2018	90.000	90.254
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	19/12/2014	12/06/2018	150.000	150.423
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	19/12/2014	15/06/2018	40.000	40.113
Banco do Brasil - CCB Nº 2100010-7	20.000	100	19/12/2014	03/12/2017	20.000	20.056
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	100.089
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	449.051	450.214
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	23.910
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	112.496
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866-52/2013 - FINISA	28.626	100	04/10/2013	07/10/2025	20.038	20.979
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	5.898
International Finance Corporation - IFC *	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	32.837
Total	1.491.314				1.386.391	1.059.362

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

11.1. Composição dos créditos de impostos de renda e contribuição social correntes diferidos

A composição dos tributos diferidos é apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais	132.544	167.603
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(221.982)	(195.238)
Total	(89.438)	(27.635)

a) Composição de IRPJ e CSLL de diferença temporária

	31/12/2014	31/12/2013
Contingências	19.217	20.842
PCLD	34.268	29.555
Tributos com exigibilidade suspensa	132	132
Ativos/Passivos Regulatórios	(9.613)	(12.548)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(24.735)	(32.723)
Depreciação acelerada (a)	(276.193)	(240.783)
Provisões e baixas de ativo/passivos regulatórios	28.655	33.946
Outras despesas não dedutíveis	6.287	6.341
Total	(221.982)	(195.238)

11.2. Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2017, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Impostos diferidos	30.523	31.355	31.641	19.031	19.994	132.544

A CEMAR realizou R\$3.893 de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

Em 31 de dezembro de 2014 a Cemar optou pela quitação antecipada dos débitos parcelados no REFIS e foram compensados R\$34.520 com prejuízos fiscais, considerando o Art. 33 da Medida Provisória nº 651/2014 e portaria PGFN/RFB nº 15/2014. O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

11.3. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 30 de dezembro de 2014 e 2013, é demonstrada como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	400.505	400.505	241.486	241.486
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	100.126	36.045	60.372	21.734
Adições:				
Provisão para contingências	19.400	6.984	17.935	6.456
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	20.618	7.423	17.453	6.283
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	11.118	4.003	2.147	774
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	9.192	3.309	26.503	9.541
Provisão para suprimento de energia	2.830	1.019	11.079	3.988
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	6.945	2.500	6.948	2.501
Provisão para recuperação de ativos	3.704	1.333	7.207	2.595
SWAP	52.857	19.028	-	-
Outras provisões	533	192	906	326
	127.197	45.791	90.178	32.464
Exclusões:				
Provisão para contingências	(17.887)	(6.439)	(54.059)	(19.461)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(17.912)	(6.448)	(15.159)	(5.457)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(9.095)	(3.274)	(7.469)	(2.689)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(3.227)	(1.162)	11.988	4.316
Tributos com exigibilidade suspensa (depósitos judiciais)	(161)	(58)	(37.996)	(13.679)
Provisão para suprimento de energia	(5.125)	(1.846)	-	-
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(6.673)	(2.402)	(5.492)	(1.977)
Provisão para recuperação de ativos	(3.304)	(1.189)	(2.704)	(973)
Outras provisões	(2.175)	(136)	(1.337)	(118)
SWAP	(55.014)	(19.805)	-	-
Depreciação acelerada	(35.360)	-	(4.275)	-
	(155.933)	(42.759)	(116.503)	(40.038)
IRPJ e CSLL	71.390	39.077	34.047	14.160
Incentivo PAT	(1.540)	-	(823)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	69.850	39.077	33.224	14.160
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	17,44%	9,76%	13,76%	5,86%
Ativo Fiscal Diferido	29.025	(2.281)	26.886	8.071
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(69.850)	-	(33.101)	-
Total	29.025	36.796	27.009	22.231
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	7%	9%	11%	9%

(a) Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2013	Reclassificação	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixa	31/12/2014
Ativo financeiro	870.435	16.011	17.543	107.006	(200)	1.010.795
Obrigações especiais (b)	(275.236)	-	(11.563)	(67.840)	-	(354.639)
Ativo financeiro	595.199	16.011	5.980	39.166	(200)	656.156

	31/12/2012	Reclassificação	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	31/12/2013
Ativo financeiro	744.746	(59.971)	9.138	185.039	(8.517)	870.435
Obrigações especiais (b)	(120.042)	-	(31.564)	(125.245)	1.615	(275.236)
Ativo financeiro	624.704	(59.971)	(22.426)	59.794	(6.902)	595.199

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12. Ativo financeiro da concessão--Continuação

b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

13. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

		31/12/2014			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,93%	3.678.195	(1.337.280)	(851.378)	1.489.537
Em curso		276.503	-	(57.645)	218.858
Total		3.954.698	(1.337.280)	(909.023)	1.708.395

		31/12/2013			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,78%	3.565.475	(1.228.122)	(856.046)	1.481.307
Em curso		220.444	-	(105.821)	114.623
Total		3.785.919	(1.228.122)	(961.867)	1.595.930

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Intangível--Continuação

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2013	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (b)	31/12/2014
Em serviço	3.565.475	(16.011)	-	(92.537)	221.268	3.678.195
(-) Amortização	(1.228.122)	-	(171.217)	62.059	-	(1.337.280)
Total em serviço	2.337.353	(16.011)	(171.217)	(30.478)	221.268	2.340.915
Em curso	220.444	-	384.333	-	(328.274)	276.503
Total	220.444	-	384.333	-	(328.274)	276.503
Obrigações especiais (a)	(1.157.827)	-	(64.444)	-	67.840	(1.154.431)
(-) Amortização	195.960	-	49.447	-	-	245.407
Total em obrigações especiais	(961.867)	-	(14.997)	-	67.840	(909.024)
Total	1.595.930	(16.011)	198.119	(30.478)	(39.166)	1.708.394

	31/12/2012	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (b)	31/12/2013
Em serviço	3.212.788	59.971	-	(58.428)	351.144	3.565.475
(-) Amortização	(1.102.329)	-	(156.894)	31.101	-	(1.228.122)
Total em serviço	2.110.459	59.971	(156.894)	(27.327)	351.144	2.337.353
Em curso	455.427	-	301.200	-	(536.183)	220.444
Total	455.427	-	301.200	-	(536.183)	220.444
Obrigações especiais (a)	(1.184.059)	-	(111.988)	12.975	125.245	(1.157.827)
(-) Amortização	148.779	-	48.559	(1.378)	-	195.960
Total em obrigações especiais	(1.035.280)	-	(63.429)	11.597	125.245	(961.867)
Total	1.530.606	59.971	80.877	(15.730)	(59.794)	1.595.930

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

- (a) Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.
- (b) Capitalizações correspondem a transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

14. Fornecedores

	31/12/2014	31/12/2013
Suprimento e encargos de conexão	210.782	54.449
Encargos de uso da rede elétrica	15.251	12.289
Materiais e serviços	65.165	87.342
Energia Livre	-	245
Outros	-	27.295
Total	291.198	181.620

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos

	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/12/2014		Total
		Circulante	Não circulante	Principal e encargos
		Principal e encargos	Principal e encargos	
Moeda estrangeira				
STN	4,0%	89	10.050	10.139
Operação Itaú 4131	3,0%	632	108.129	108.761
Operação Santander 4131	3,0%	683	107.975	108.658
Total moeda estrangeira		1.404	226.154	227.558
Moeda nacional				
Banco do Brasil	11,40%	2.193	309.269	311.462
BNB	8,50%	36.466	99.939	136.405
BNDES	6,60%	99.192	451.112	550.304
CAIXA	6,00%	350	20.629	20.979
Eletrobrás	7,20%	84.765	239.692	324.457
FINEP	4,00%	1.132	4.766	5.898
IBM	10,80%	941	1.491	2.432
IFC	12,30%	22.448	10.389	32.837
Votorantim	4,50%	476	1.993	2.469
Subtotal		247.963	1.139.280	1.387.243
(-) Custo de captação		(3.088)	(4.288)	(7.376)
Total moeda nacional		244.875	1.134.992	1.379.867
Total geral	8,39%	246.279	1.361.146	1.607.425
	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/12/2013		Total
		Circulante	Não circulante	Principal e encargos
		Principal e encargos	Principal e encargos	
Moeda estrangeira				
Tesouro nacional	4,21%	304	8.864	9.168
Total moeda estrangeira		304	8.864	9.168
Moeda nacional				
Eletrobrás	8,01%	66.841	302.444	369.285
IFC	8,83%	23.105	31.167	54.272
BNB	8,50%	37.617	135.552	173.169
BNDES	6,93%	29.151	433.697	462.848
FINEP	4,00%	1.134	5.888	7.022
FINAME	4,50%	2.299	12.069	14.368
Banco do Brasil S.A	8,09%	-	291.836	291.836
Caixa Econômica Federal	6,00%	-	14.331	14.331
Subtotal		160.147	1.226.984	1.387.131
(-) Custo de captação		(1.900)	(3.131)	(5.031)
Total moeda nacional		158.247	1.223.853	1.382.100
Total geral		158.551	1.232.717	1.391.268

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$1.607.425 (R\$1.391.268 em 31 de dezembro de 2013), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$246.279 de curto prazo e R\$1.361.146 de longo prazo (R\$158.551 de curto prazo e R\$1.232.717 de longo prazo em 31 de dezembro de 2013) a um custo médio de 8,39%, equivalente a 77,61% do CDI (8,24%, equivalente a 102,1% do CDI, em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2014	
	Valor	%
Circulante	246.279	15%
2016	184.986	12%
2017	402.353	25%
2018	409.357	25%
2019	125.647	8%
Após 2019	243.091	15%
Total	1.365.434	85%
Custo de captação - Não circulante	(4.288)	
Não circulante	1.361.146	85%
Total	1.607.425	100%

Vencimento	31/12/2013	
	Valor	%
Circulante	158.551	11%
2015	490.584	35%
2016	167.772	12%
Após 2016	577.492	42%
Total	1.235.848	89%
Custo de captação - Não circulante	(3.131)	
Não circulante	1.232.717	89%
Total	1.391.268	100%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	158.247	1.223.853	304	8.864	1.391.268
Ingressos	-	144.803	-	200.000	344.803
Encargos	90.813	12.118	1.597	-	104.528
Variação monetária e cambial	-	5.537	88	17.290	22.915
Transferências	250.162	(250.162)	-	-	-
Amortizações de principal	(140.533)	-	(208)	-	(140.741)
Pagamentos de juros	(113.401)	-	(377)	-	(113.778)
Custo de Captação	(413)	(1.157)	-	-	(1.570)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	244.875	1.134.992	1.404	226.154	1.607.425

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	248.143	902.293	467	7.926	1.158.829
Ingressos	-	483.943	-	-	483.943
Encargos	74.155	11.854	387	-	86.396
Variação monetária e cambial	-	8.806	39	1.126	9.971
Transferências	182.988	(182.988)	188	(188)	-
Amortizações de principal	(268.402)	(205)	(396)	-	(269.003)
Pagamentos de juros	(77.466)	-	(381)	-	(77.847)
Custo de Captação	(1.171)	150	-	-	(1.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	158.247	1.223.853	304	8.864	1.391.268

Acompanhamento dos covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela CEMAR possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16. Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.974	294.085	300.059
Ingressos	-	200.000	200.000
Custo de captação	(289)	(408)	(697)
Encargos	28.520	-	28.520
Variação Monetária	339	12.746	13.085
Pagamentos de juros	(23.683)	-	(23.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.861	506.423	517.284

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	169.602	283.210	452.812
Custo de captação	-	295	295
Encargos	22.554	-	22.554
Variação Monetária	91	10.580	10.671
Amortizações de principal	(160.380)	-	(160.380)
Pagamentos de juros	(25.893)	-	(25.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.974	294.085	300.059

Quarta emissão debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação é de 11,61% ao ano.

Sexta emissão debêntures

Em 27 de outubro de 2014 encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa efetiva dessa operação é de 10,8% ao ano.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16. Debêntures--Continuação

Sexta emissão debêntures--Continuação

No encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2014, as debêntures representam o montante de R\$517.284 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	10.861	2%	5.974	2%
2016	34.298	7%	33.793	11%
2017	100.964	20%	33.793	11%
2018	169.989	33%	98.570	33%
2019	136.152	26%	64.776	22%
2020	67.052	13%	64.776	22%
Não circulante	508.455	98%	295.708	99%
Custo de captação - não circulante	(2.032)	0%	(1.623)	-1%
Total	517.284	100%	300.059	100%

Covenants

As emissões de Debêntures, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

17. Impostos e contribuições a recolher

17.1. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ISS	2.011	716	2.352	894
Encargos sociais e outros	5.485	-	5.709	-
ICMS	37.295	-	26.493	-
PIS e COFINS	32.453	-	12.077	-
REFIS (a)	-	-	2.870	33.416
Total	77.244	716	49.501	34.310

(a) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 30 de setembro de 2014 a CEMAR optou pela quitação antecipada dos débitos parcelados no REFIS da Lei nº 11.941/2009, da Lei nº 12.865/2013, Lei nº 12.996/2014 e parcelamento previdenciário simplificado.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

17.1. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

A referida dívida no montante de R\$49.513 foi quitada, considerando o Art. 33 da Medida Provisória nº 651/2014 e portaria PGFN/RFB nº 15/2014, deste total R\$14.993 foi pago em espécie e R\$34.520 foram compensados com prejuízos fiscais (nota 11.2).

17.2. Impostos e contribuições sobre o lucro

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de IRPJ/CSLL	10.571	-
IRRF	492	445
	11.063	445

18. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	36.363	(19.737)	16.626	37.744	(23.370)	14.374
Tributárias	498	(387)	111	489	(387)	102
Trabalhistas	20.693	(8.194)	12.499	24.291	(8.028)	16.263
Regulatórias	20.046	-	20.046	9.214	-	9.214
	77.600	(28.318)	49.282	71.738	(31.785)	39.953
Circulante	51.728	(19.303)	32.425	39.775	(22.770)	17.005
Não circulante	25.872	(9.015)	16.857	31.963	(9.015)	22.948
	77.600	(28.318)	49.282	71.738	(31.785)	39.953

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Movimentação dos processos no exercício

	Saldo inicial 31/12/2013	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final 31/12/2014
Cíveis	37.744	20.715	(30.706)	(6.460)	15.070	36.363
Tributárias	489	3	-	-	6	498
Trabalhistas	24.291	3.511	(6.753)	(1.375)	1.019	20.693
Regulatórias	9.214	11.888	-	(3.750)	2.694	20.046
	71.738	36.117	(37.459)	(11.585)	18.789	77.600

	Saldo inicial 31/12/2012	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final 31/12/2013
Cíveis	34.635	27.056	(24.521)	(2.327)	2.901	37.744
Tributárias	145.045	-	-	(144.557)	1	489
Trabalhistas	34.034	3.114	(12.992)	(2.058)	2.193	24.291
Regulatórias	2.521	14.342	(5.449)	(2.512)	312	9.214
	216.235	44.512	(42.962)	(151.454)	5.407	71.738

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no exercício.

(3) Atualizações monetárias.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 688 (636 em 2013) reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

No encerramento das informações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 contemplam provisão de R\$20.693 (R\$24.291 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$14.910 (R\$15.152 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 11.120 (6.813 em 2013) processos cíveis, sendo que 7.762 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

No encerramento das informações findas em 31 de dezembro de 2014 contemplam provisão de R\$36.363 (R\$37.744 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$52.222 (R\$57.765 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Tributárias

A Companhia figura como parte ré em 84 (150 em 2013) processos tributários.

Registra-se, ainda, que a Companhia continua monitorando o trâmite das ações de prestação de contas e indenizatórias ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga "Taxa de Iluminação Pública - TIP" cuja probabilidade de perda foi alterada de provável para possível em face da procedência, à unanimidade, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, as quais já transitaram julgado favoravelmente à Companhia. Assim, apenas remanesce litígio em relação ao recurso especial interposto pela CEMAR contra o acórdão do TJMA, no que tange à matéria referente ao valor dos honorários advocatícios fixados a favor do Município de São Luís, relativamente ao indeferimento da inclusão de litisconsortes na ação rescisória.

As informações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 contemplam provisão de R\$498, para as causas tributárias (R\$489 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$30.483 (R\$30.996 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Tributárias--Continuação

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera tributária e, reclamações trabalhistas na esfera trabalhista.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de "curto prazo". Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de "longo prazo".

Regulatórias

O valor corresponde a prováveis penalidades a serem aplicada na CEMAR, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$698.660 (R\$618.550 em 31 de dezembro de 2013) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial					
Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100,00%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.1. Capital social--Continuação

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconvertíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe "A" e 10% (dez por cento) para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

Em 12 de fevereiro de 2015 foi aprovado o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$141.748, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$69.850 e 100% da reserva legal no valor de R\$71.898. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

19.2. Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$674, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

19.3. Reserva de lucros - Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da reserva legal é de R\$71.898 (R\$55.164 em 31 de dezembro de 2013).

19.4. Reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012, foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.4. Reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais--Continuação

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$69.850, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real. Conforme descrito na nota 18.a o saldo desta reserva foi totalmente utilizado para aumento do capital.

19.5. Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo desta reserva é de R\$812.469 (R\$673.403 em 31 de dezembro de 2013).

19.6. Excesso de reserva de lucros

A administração propôs para aprovação da Assembleia a capitalização do saldo da reserva legal no valor de R\$71.898 e da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$69.850, que faz o capital social totalizar R\$840.408. Desta forma, a soma das reservas de lucros e o saldo da reserva de capital de giro não excederão o capital social.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

20. Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	334.684	192.247
(-) Reserva legal	(16.734)	(9.612)
(-) Reserva fiscal - Incentivo SUDENE	(69.850)	(33.101)
Lucro líquido ajustado	248.100	149.534
Dividendos mínimos obrigatórios	62.025	37.384
Dividendos complementares	433	166
Dividendos propostos	62.458	37.550
Reserva de reforço de capital de giro	185.642	111.984

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Valor por ação (lote de unidades de reais)						
Deliberação	Proventos	Valor	ON	PNA	PNB	
31/12/2014						
Reunião do Conselho de Administração de 12 de fevereiro de 2015	Dividendos	62.458	0,37	0,7	1,17	
31/12/2013						
Reunião do Conselho de Administração de 20 de fevereiro de 2014	Dividendos	37.550	0,22	0,52	0,87	

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.647
Dividendos adicionais proposto em 2012	169
Pagamento de dividendos	(76.085)
Dividendos mínimos propostos em 2013	37.384
Saldo em 31 de dezembro de 2013	38.115
Dividendos adicionais proposto em 2013	166
Pagamento de dividendos	(37.539)
Dividendos mínimos propostos em 2014	62.025
Saldo em 31 de dezembro de 2014	62.767

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Participação nos lucros de empregados

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$27.265 (R\$26.151 em 31 de dezembro de 2013).

22. Receita operacional

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/12/2014		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.954.135	2.785.687	1.117.165
Industrial	8.685	512.817	150.666
Comercial	146.021	1.183.193	518.933
Rural	58.657	206.124	51.492
Poder público	22.835	345.704	150.778
Iluminação pública	975	378.016	94.025
Serviço público	6.122	292.250	100.354
Consumo próprio	393	8.986	-
Suprimento CCEE	-	-	39.265
Baixa renda	-	-	197.607
Receita de construção	-	-	382.358
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens			
Financeiros	-	-	288.219
Outras	-	-	81.189
Total	2.197.823	5.712.777	3.172.051

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Receita operacional--Continuação

	31/12/2013		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.893.693	2.563.490	991.933
Industrial	8.982	497.447	140.749
Comercial	134.985	1.062.255	426.867
Rural	59.170	199.236	49.167
Poder público	21.963	327.401	132.407
Iluminação pública	949	355.549	81.241
Serviço público	5.847	282.542	88.570
Consumo próprio	371	8.572	-
Subvenções tarifárias	-	-	27.723
Suprimento CCEE	-	-	61.727
Baixa renda	-	-	190.158
Receita de construção	-	-	307.911
Outras	-	-	43.760
Total	2.125.960	5.296.492	2.542.213

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

23. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecimento de energia elétrica	2.315.903	2.030.168
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	288.219	-
Remuneração financeira WACC	65.118	70.924
Suprimento de energia elétrica	39.265	61.727
Receita de construção (a)	382.358	307.911
Outras receitas	81.188	71.483
Receita operacional	3.172.051	2.542.213
ICMS sobre venda de energia elétrica	(382.787)	(336.285)
PIS e COFINS	(281.156)	(210.940)
Encargos do consumidor	(23.533)	(22.130)
ISS	(1.688)	(1.852)
Encargo de capacidade emergencial	1.331	(2.232)
Deduções à receita operacional	(687.833)	(573.439)
Receita operacional líquida	2.484.218	1.968.774

23.1. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Receita operacional líquida--Continuação

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

24. Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte à composição por natureza de gasto:

Custos/despesas operacionais	31/12/2014			Total
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	27.804	22.626	34.687	85.117
Material	9.232	2.355	867	12.454
Serviços de terceiros	71.270	87.900	61.474	220.644
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	3.826	-	3.826
Energia elétrica comprada para revenda	1.047.617	-	-	1.047.617
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	15.041	-	-	15.041
Custo de construção	382.358	-	-	382.358
Depreciação e amortização	95.589	-	-	95.589
Arrendamento e aluguéis	1.483	2.350	195	4.028
Outros	7.173	2.428	1.290	10.891
Total	1.657.567	121.485	98.513	1.877.565

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Custos do serviço e despesas operacionais--Continuação

	31/12/2013		
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas
			Total
Custos/despesas operacionais			
Pessoal	27.651	21.261	35.762
Material	2.675	8.108	5.633
Serviços de terceiros	74.094	101.656	57.349
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	4.017	-
Energia elétrica comprada para revenda	690.777	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	45.888	-	-
Custo de construção	307.911	-	-
Depreciação e amortização	89.374	-	-
Arrendamento e aluguéis	1.678	2.431	237
Outros	5.930	3.184	2.380
Total	1.245.978	140.657	101.361
			1.487.996

25. Energia elétrica comprada para revenda

	GWh (*)		R\$	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Energia de leilão	3.328	3.299	715.180	522.205
Contratos Eletronuclear	209	210	41.911	17.242
Contratos cotas de garantias	2.665	2.659	80.864	81.690
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/Energia Reserva	-	-	16.884	68.505
Energia de curto prazo - CCEE	588	306	642.022	187.758
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	127	123	26.288	24.400
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(94.058)	(60.609)
(-) Recuperação custo de energia - CDE	-	-	(381.475)	(150.414)
Total	6.917	6.597	1.047.616	690.777

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

No exercício de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores:

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25. Energia elétrica comprada para revenda--Continuação

- a) No quarto trimestre de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores: (i) aumento no preço de liquidação da CCEE - PLD que atingiu o limite máximo de R\$822 /MWh, devido a redução do nível de água dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional; (ii) O aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações das Usinas que compõem o 12º leilão de energia nova e 2º leilão de fonte alternativa e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin, referente ao 6º e 7º leilão de energia nova. Com a publicação do Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, que dispõe sobre a criação da Conta ACR, as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade, a partir da liquidação de fevereiro de 2014, através do empréstimo de dois empréstimos sendo de R\$11,2 bilhões e de R\$6,6 bilhões que será repassado mensalmente pela CCEE aos agentes distribuidores.
- b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.
- c) O Decreto nº 7.945 de março de 2013 determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado, em função da tendência de elevação nos custos. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, totalizando R\$381.475.
- d) O Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, instituindo a criação da “CONTA-ACR”, através da qual as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes da exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade. A Companhia registrou de fevereiro a dezembro de 2014 um total de R\$378.788, sendo apenas recebido aporte até a competência de outubro. No dia 08 de dezembro de 2014 a Companhia recebeu através do despacho nº 4657, o valor de R\$42,1 mil referente à liquidação de outubro de 2014, caso haja um novo empréstimo para conta ACR estima receber, em janeiro de 2015, será R\$63 mil referente à liquidação de novembro de 2014 e em fevereiro de 2015 estima receber R\$47 mil para a liquidação dezembro de 2014.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Rendas financeiras	78.568	37.364
Operações com derivativos	220.055	-
Acréscimo moratório de energia vendida	70.541	71.369
Variações monetárias ativas	7.104	1.302
Atualização do ativo financeiro - receita	366	11.975
Outras	7.681	9.015
Total de receitas financeiras	384.315	131.025
Juros dos empréstimos e financiamentos	(190.605)	(112.234)
Operações com derivativos	(211.427)	-
Variações monetárias	208	(31.340)
Atualização do ativo financeiro - despesa	(11.928)	(34.400)
Atualização de contingências	(27.441)	(25.198)
Multas/descontos comerciais	(11.525)	(13.495)
Infrações operacionais	(10.280)	(13.090)
AVP Parcelamento	(6.064)	(1.252)
Outras despesas financeiras	(8.757)	(7.923)
Total de despesas financeiras	(477.819)	(238.932)
Resultado financeiro	(93.504)	(107.907)

27. Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2014		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B
			Total
Numerador			
Lucro líquido do exercício	328.849	2.523	3.312
Denominador			
Média ponderada por classe de ações	161.318.939	1.239.231	1.625.729
Lucro básico e diluído por ação	2,0385	2,0385	2,0385

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

27. Lucro por ação--Continuação

	31/12/2013			Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas	Ações preferenciais nominativas	
		A	B	
Numerador				
Lucro líquido do exercício	188.902	1.442	1.903	192.247
Denominador				
Média ponderada por classe de ações	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899
Lucro básico e diluído por ação	1,1709	1,1709	1,1709	1,1709

Em 31 de dezembro 2014 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

28. Entidade de previdência privada

Características do plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece os benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

Características do plano de aposentadoria--Continuação

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela CEMAR são descritos a seguir:

Plano BD-I ("BD-I")

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição plena;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por invalidez;
- Complementação de auxílio-doença;
- Benefício proporcional diferido;
- Auxílio-funeral;
- Complementação de pensão por morte;
- Complementação de abono anual.

Plano Misto ("PMB")

- Benefício por invalidez;
- Benefício por morte de participante assistido;
- Benefício por morte de participante ativo.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, esse valor corresponde a R\$2.743 (R\$1.792 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia mantém registrado o valor de R\$2.320 (R\$10.213 em 31 de dezembro de 2013) na rubrica de "Outras contas a pagar" como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.1. Premissas adotadas

Adotou-se como taxa desconto a cotação do título NTN-B (indexados ao IPCA - IBGE) com base no prazo do pagamento dos benefícios do plano, ou seja, o *duration*. O *duration* médio dos planos é de aproximadamente 15,2 anos. Devido ao rendimento do título retrocitado com vencimento para 2024 e 2035 ser muito próximo (*spread* de 0,12%), optou-se pela utilização da NTN-B com vencimento em 2024.

Taxas ao ano	2014	2013
	6,15% - todos os	6,35% - todos os
01 Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	planos	planos
02 Taxa de crescimento salarial futura real	1%	1%
03 Taxa de inflação	4,50%	4,50%
04 Fator de capacidade	1	0,98
05 Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - MALE	AT-2000 - MALE
06 Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 - MALE	AT-83 - MALE
07 Tábua de entrada em invalidez	Light (média)	Light (média)
08 Tábua de rotatividade	Nula	Nula

28.2. Informação dos participantes

A - Participantes

A.1 - Ativos

	BD - I	PMB
1. Número de participantes	23	1.089
2. Idade média (anos)	51,78	35,65
3. Tempo médio de empresa (anos)	25,06	9,01
4. Tempo médio planos (anos)	23,91	8,52
5. Salário médio de participação (R\$)	3.419,05	3.963,18
6. Folha mensal de participação (R\$)	78.638,23	4.315.905,70

A.2 - Auto patrocinados

	BD - I	PMB
1. Número de participantes	1	13
2. Idade média (anos)	57	49,15
3. Tempo médio de empresa (anos)	28,58	17,46
4. Tempo médio planos (anos)	29	15,72
5. Salário médio de participação (R\$)	2.292,55	11.186,28
6. Folha mensal de participação (R\$)	2.292,55	145.421,67

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.2. Informação dos participantes--Continuação

B - Assistidos	BD - I	PMB
B.1 - Aposentadoria por tempo de serviço		
1. Número de assistidos	385	69
2. Idade média (anos)	71,34	61,38
3. Benefício mensal (R\$)	1.764,30	1.649,78
4. Total mensal dos benefícios	679.255,95	113.834,83
B.2 - Aposentadoria por invalidez		
1. Número de assistidos	63	6
2. Idade média (anos)	61,51	53,43
3. Benefício mensal (R\$)	713,35	426,74
4. Total mensal dos benefícios	44.941,04	2.560,44
C - Beneficiários Pensionistas	BD - I	PMB
1. Número de famílias	219	11
2. Idade média do grupo (anos)	63,14	46,66
3. Benefício mensal (R\$)	757,48	655,21
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	165.888,50	7.207,29

28.3. Movimentação das obrigações atuariais

A seguir demonstramos a movimentação das obrigações atuariais dos planos de benefícios.

Resultados da avaliação atuarial de acordo com a norma CPC33/CVM 600/09

	2014		2013	
	BD-I	PNB	BD-I	PNB
A - Evolução das obrigações atuariais				
1. Valor presente da obrigação no início do ano	111.812	668	147.034	950
2. Custo do serviço corrente	52	-	37	83
3. Despesa com juros	12.451	74	12.086	78
4. Pagamento de benefícios no ano	(9.742)	(94)	(10.286)	(81)
5. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	10.922	149	(36.346)	(362)
6. Valor presente da obrigação no fim do ano	125.495	797	112.525	668
B - Evolução no valor justo dos ativos do plano				
1. Valor justo dos ativos do plano no início do ano	129.904	2.101	148.711	1.779
2. Receita com juros	14.466	234	12.224	146
3. Contribuições efetuadas (empresa)	20	337	25	303
4. Contribuições efetuadas (participante)	20	-	25	-
5. Pagamento de benefícios no ano	(9.742)	(94)	(10.286)	(81)
6. Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos nos ativos do plano	15.112	325	(24.941)	(46)
7. Valor justo dos ativos do plano no fim do ano	149.780	2.903	125.758	2.101

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.3. Movimentação das obrigações atuariais--Continuação

	2014		2013	
	BD-I	PNB	BD-I	PNB
C - Despesa - demonstração do resultado do exercício				
1. Custo do serviço	(52)	-	(37)	(83)
2. Total das despesas ocorridas em 2013 (1 + 2)	(52)	-	(37)	(83)
D - Outros resultados abrangentes				
1. Saldo no início do ano	(4.924)	(1.049)	(4.911)	(828)
2. Ganho / (Perda) atuarial	4.190	176	15.550	316
Retorno real dos ativos	15.112	325	(20.796)	(45)
Mudanças em premissas demográficas	(8.871)	(136)	5.332	176
Mudanças em premissas financeiras	(2.051)	(12)	31.014	185
3. Efeito do limite do ativo	(4.178)	(514)	(15.563)	(536)
4. Total de remensurações	12	(337)	(13)	(220)
5. Saldo no fim do ano	(4.912)	(1.387)	(4.924)	(1.048)
E - Balanço patrimonial				
1. Valor justo do ativo	149.779	2.904	129.903	2.101
2. Obrigações atuariais	(125.495)	(797)	(112.525)	(668)
3. Posição Líquida	24.284	2.107	17.378	1.433
4. Limite do ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	(24.284)	(2.107)	(17.378)	(1.433)
5. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	-	-	-	-
F -Valor líquido reconhecido no balanço				
1. Posição líquida em 31/12/2013	18.091	1.433		
2. Efeito do limite do ativo	(18.091)	(1.433)		
3. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2013	-	-		
4. Custo do serviço	(52)	-		
5. Juros líquidos	2.015	160		
6. Diferenças atuariais	4.190	176		
7. Contribuição (empresa e participante)	40	337		
8. Posição líquida em 31/12/2014	24.284	2.106		
9. Efeito do limite do ativo	(24.284)	(2.106)		
10. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2014	-	-		
1. Posição líquida em 31/12/2012	18.091	828		
2. Efeito do limite do ativo	(1.678)	(828)		
3. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2012	-	-		
4. Custo do serviço	(37)	(83)		
5. Juros líquidos	137	68		
6. Diferenças atuariais	15.550	316		
7. Contribuição (empresa e participante)	50	303		
8. Posição líquida em 31/12/2013	17.378	1.433		
9. Efeito do limite do ativo	(17.378)	(1.433)		
10. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2013	-	-		

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.4. Variação no limite do Ativo

As movimentações do efeito do teto nos planos estão apresentadas a seguir:

	BD-I	PMB
1. Saldo em 31/12/2013	18.091	1.433
2. Juros	2.015	160
3. Variação	4.178	514
4. Saldo em 31/12/2014	24.284	2.106

	BD-I	PMB
1. Saldo em 31/12/2012	1.678	828
2. Juros	138	68
3. Variação	15.563	536
4. Saldo em 31/12/2013	17.379	1.433

28.5. Ativos do plano

A composição dos ativos do plano está apresentada abaixo:

	31/12/2014	
	BD-I	%
Títulos públicos	122.612	80,8%
Títulos privados	7.000	4,6%
Ações	-	0,0%
Fundos de investimento	13.330	8,8%
Investimentos imobiliários	5.786	3,8%
Empréstimos	1.193	0,8%
Outros (1)	1.888	1,2%
Valor justo em 11/2014	151.809	
Valorização no valor justo (estimativa 1 mês)	1.118	
Contribuições recebidas	6	
Benefícios pagos (realizado)	(1.123)	
Valor justo estimado para 12/2014	151.810	
(-) Exigível operacional	(780)	
(-) Exigível contingencial	-	
(-) Fundo administrativo	(1.244)	
(-) Fundo de investimento	(6)	
(-) Resgates	-	
Valor justo dos ativos do plano	149.780	

O plano misto contempla risco de morte e de invalidez, estes são classificados como benefício definido. É constituído um "Fundo de Risco", que representa o valor justo do ativo. Todavia, o plano misto contempla patrocinados de outras empresas que não a CEMAR. Para se definir o valor justo dos ativos para cada patrocinadora, o valor justo total é proporcionalizado com base nos respectivos passivos atuariais.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.5. Ativos do plano--Continuação

Em termos percentuais, segue a composição do valor justo dos ativos do plano como um todo (contribuição definida e benefício definido):

	31/12/2014
	PMB
Valor Justo em 11/2014	53.556
(-) Exigível operacional	(73)
(-) Exigível contingencial	-
(-) Benefícios concedidos	(8.283)
(-) Benefícios a conceder	(39.475)
(-) Fundo administrativo	(1.000)
(-) Fundo de investimentos	(109)
(-) Resgates	(1.619)
Valor justo dos ativos do Plano Misto	2.997
Proporção referente a patrocinadora (a/ (a+b+c))	96,19%
Cemar (a)	797
Equatorial (b)	20
Fascemar ©	12
Valor justo em 11/2014	2.882
Valorização no valor justo (estimativa 1 mês)	21
Valor justo estimado para 12/2014	2.904

	31/12/2014	
	PMB	%
Títulos públicos	10.185	80,8%
Títulos privados	12.183	4,6%
Ações	-	0,0%
Fundos de investimento	25.962	8,8%
Investimentos imobiliários	-	3,8%
Empréstimos	4.212	0,8%
Outros (1)	1.014	1,2%
Valor justo em 11/2014	53.556	
Valorização no valor justo (estimativa 1 mês)	394	
Contribuições recebidas	57	
Benefícios pagos (realizado)	(9)	
Valor justo estimado para 12/2014	53.998	

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade da taxa de desconto na posição líquida dos planos em 31 de dezembro de 2014 está apresentada como segue, onde foram definidos dois cenários de (+0,5% e -0,5%):

Teste de sensibilidade	BD-I	PMB
Valor justo dos ativos	149.780	2.904
Taxa	6,65%	
Valor presente da obrigação	120.483	767
(Déficit) / Superávit	29.297	2.137
Variação	5.013	31
Taxa	5,65%	
Valor presente da obrigação	130.907	830
(Déficit) / Superávit	18.872	2.074
Variação	(5.412)	(33)

A seguir é apresentado o teste de sensibilidade das tábuas utilizadas considerando uma suavização de 10%:

Teste de sensibilidade	BD-I	PMB
Valor justo dos ativos	149.780	2.904
Valor presente da obrigação	128.589	718
(Déficit) / Superávit	21.190	2.185
Variação	(3.094)	79

28.7. Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

CEMAR - BDI	R\$
1. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2015	11.571.111,31
2. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2016	11.571.111,31
3. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2017	11.571.111,31
4. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2018	11.568.003,88
5. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2019	11.494.571,16
6. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2020 e 2030	64.964.235,07

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.8. Despesas e fluxos de caixa futuros

Fluxo de caixa estimado para 2015

1. Contribuições da patrocinadora
2. Contribuições do patrocinado
3. Benefícios concedidos

Despesa estimada para 2015

1. Custo do serviço corrente
4. Contribuições do patrocinado
5. Custo do serviço total

4. Custo de juros
5. Retorno do ativo
6. Juros sobre o limite
7. Juros líquidos

BD - I	PMB
21	353
21	-
(11.571)	(99)
BD-I	PMB
64	-
21	-
40	19
(13.097)	(82)
15.752	331
(2.653)	(230)
2.227	18.762

29. Instrumentos financeiros

29.1. Considerações gerais

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

29.2. Política de utilização de derivativos

A CEMAR utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.3. Valor justo dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão identificados a seguir:

Ativo	31/12/2014		31/12/2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	161.334	161.334	204.702	204.702
Investimentos de curto prazo	907.948	907.948	526.986	526.986
Contas a receber de clientes	626.939	626.939	505.257	505.257
Ativo financeiro de concessão	656.156	656.156	595.199	595.199
Depósito Judicial	28.318	28.318	31.785	31.785
Total do ativo	2.380.695	2.380.695	1.863.929	1.863.929

Passivo	31/12/2014		31/12/2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	291.198	291.198	181.620	181.620
Empréstimos e financiamentos	1.607.425	1.607.425	1.391.268	1.391.268
Debêntures	517.284	507.628	300.059	304.541
Total do passivo	2.415.907	2.406.251	1.872.947	1.877.429

Investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Ativo Financeiro de Concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Fornecedores - Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Empréstimos e financiamentos - os empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.3. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Debêntures - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Derivativos - são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

29.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da CEMAR são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

29.5. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Os fatores de riscos abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.5. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco de crédito - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 15 e 16. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Riscos de mercado - Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.

Risco cambial - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,50% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.5. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco cambial--Continuação

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 30 de setembro de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

29.6. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros						
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Passivos financeiros						
STN	USD	17.322	(39.568)	(96.458)	74.211	131.101
Referência para passivos financeiros		Taxa em 31/12/2014	25%	50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		2,66	3,33	3,99	2,00	1,33

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	31/12/2014
SWAP		
Ponta ativa	US\$	220.055
Ponta passiva	CDI	(210.836)
Total		9.219
Total Geral		9.219

Risco de vencimento antecipado - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 13 (Empréstimos e financiamentos) e 14 (Debêntures).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.6. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras	CDI	78.568	98.210	117.852	58.926	39.284
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 1510/97	FINEL	(15)	(16)	(16)	(15)	(15)
ECF - 1639/97	FINEL	(163)	(165)	(166)	(161)	(160)
ECF - 1645/97	FINEL	(29)	(30)	(30)	(29)	(29)
ECF - 1907/99	FINEL	(20)	(20)	(21)	(20)	(20)
ECF - 1908/99	IGP-M	(149)	(150)	(152)	(147)	(145)
ECF - 1960 /99	FINEL	(10.416)	(10.727)	(11.037)	(10.106)	(9.796)
ECF - 2034/00	FINEL	(1.050)	(1.119)	(1.188)	(981)	(913)
AGROINDUSTRIAL I	CDI	(10.560)	(12.762)	(14.964)	(8.358)	(6.156)
AGROINDUSTRIAL II	CDI	(16.715)	(20.385)	(24.055)	(13.046)	(9.376)
AGROINDUSTRIAL III	CDI	(3.167)	(4.145)	(5.124)	(2.188)	(1.209)
AGROINDUSTRIAL IV	CDI	-	(489)	(979)	489	979
BNDES Direto	TJLP	(8.852)	(10.077)	(11.301)	(7.628)	(6.403)
BNDES Direto II	TJLP	(22.825)	(28.332)	(33.840)	(17.317)	(11.810)
DEBENTURES 4ª EMISSÃO - 1ª Série	CDI	(11.825)	(14.283)	(16.741)	(9.367)	(6.909)
DEBENTURES 4ª EMISSÃO - 2ª Série	IPCA	(25.021)	(28.206)	(31.391)	(21.836)	(18.651)
DEBENTURES 6ª EMISSÃO	CDI	-	(4.948)	(9.895)	4.948	9.895
IFC	CDI	(3.929)	(4.711)	(5.493)	(3.147)	(2.364)
IBM	CDI	(266)	(325)	(384)	(206)	(147)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2014	25%	50%	- 25%	- 50%
CDI (% 9 meses)		10,81	13,52	16,22	8,11	5,41
TJLP (% 9 meses)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% 9 meses)		3,69	4,61	5,53	2,76	1,84
IPCA (% 9 meses)		6,41	8,01	9,61	4,81	3,20

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.6. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros--Continuação

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido	R\$ Mil	
	Impacto no resultado	Impacto no lucro
Cenários		
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(63.134)	(63.134)
Cenário III	(126.269)	(126.269)
Cenário IV	63.134	63.134
Cenário V	126.269	126.269

Risco de escassez de energia - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento - Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CEMAR justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.7. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	<u>Vigência</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Após2018</u>
Energia Contratada	2014 a 2032	835.204	975.616	1.242.714	1.325.413	1.373.085	39.585.824

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

32. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	01/01/2016	190.316
Responsabilidade Civil Geral - Operações	01/01/2016	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	19.155
Seguro Garantia Leilão de Energia	(b)	592
Automóvel	31/01/2015	(c)

(a) 38 apólices com vencimentos entre janeiro de 2015 a junho de 2016.

(b) 3 apólices com vencimentos entre agosto de 2015 a novembro de 2015.

(c) 112 veículos segurados.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Ana Marta Horta Veloso

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Carlos Muniz de Brito Filho

José Tavares Bezerra Junior

Lídce Almeida Silva

Luiz Otávio Bianchini Laydner

Conselho Fiscal

Efetivos

Denise da Cunha D'Angelo Palácio Requejo

Carlos Eduardo Martins e Silva

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira

Felipe Sousa Bittencourt

Sérgio Passos Ribeiro

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretor

José Jorge Leite Soares
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Chrysthyan Gonçalves de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA